

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42

Ata da reunião ordinária nº 1528
do Conselho de Administração da
Universidade Estadual de
Londrina - UEL, realizada no dia
26 de julho de 2023.

No dia vinte e seis de julho, do ano de dois mil e vinte e três, às quatorze horas e trinta minutos, na sala dos Conselhos, reuniu-se ordinariamente o Conselho de Administração, sob a presidência da Reitora, Prof^a. Dra. Marta Regina Gimenez Favaro, com a presença do Vice-Reitor, Prof. Airton José Petris e dos seguintes Conselheiros: Laura Taddei Brandini, Alex Eduardo Gallo, Alan Salvany Felinto, Miguel Belinati Piccirillo, Andréa Name Colado Simão, Carrie Chueire Ramos Galvan, Edmilson Lenardão, Patrícia Mendes Pereira, Eloisa Ramos Ribeiro Rodrigues, José Fernando Mangili Junior, Orlando Mendes Fogaça Júnior, Antonio Carlos Mariano dos Santos, Azenil Staviski, Maria Elisa Cestari, Leandro Altimari, Silvia Meletti e Sérgio Carlos de Carvalho. Convidados: Luiz Claudio Buzeti, Angela Maria Sousa Lima, Sandra Garcia, Tânia Muniz, Marinno Arthur, Viviane Bagui Furtoso, Alberto Durán González e Lisiane Freitas de Freitas. Ausências justificadas: Zilda Freitas Andrade e Vivian Biazon El Reda Feijó. **I. ORDEM DO DIA.**
1) Discussão e votação da ata 1527 de 19 de julho de 2023.
Aprovada com 9 (nove) votos favoráveis e 1 (uma) abstenção. **2)**
Processo 20.743.018-8 - ARI - deliberar acerca das minutas de
Protocolo de Intenções e de Acordo Específico de Cooperação
Científica, bem como o Plano de Trabalho, que entre si celebram a
UEL e a Universidad Del Valle (Colômbia) (Relatora: Prof^a Dra.
Viviane Bagio Furtoso). Prof^a Viviane informou tratar-se do Protocolo de Intenções e do Acordo Específico de Cooperação Científica e Tecnológica, que visa a ser firmado entre a UEL e a Universidad de Valle (Colômbia), por motivação do docente pesquisador Prof. Dr. Luis Pareja, do Departamento de Engenharia Elétrica da UEL (DEEL/UEL). De acordo com a Carta de Intenções redigida pelo referido professor, a partir desta cooperação objetiva-se desenvolver projetos conjuntos na área da coordenação ótima das proteções dos sistemas elétricos, cujo detalhamento consta no Plano de Trabalho anexo ao Acordo. As minutas elegidas para o estabelecimento da cooperação seguem os modelos da UEL já pré-aprovados pela Procuradoria Jurídica. A Profa Viviane destacou o reconhecimento da ARI pelo trabalho exemplar do Prof. Luis Pareja no diálogo com a ARI para a construção dos acordos de cooperação e, principalmente, pelo cuidado do professor em elaborar um plano de trabalho muito bem especificado, que pode,

1 inclusive, servir de modelo para outros acordos. Prof. José Fernando
2 Mangili Júnior reforçou a condição do prof. Luis Pareja, no sentido de
3 bons resultados para a Universidade, com publicações do projeto,
4 inclusive, na revista A1 da Engenharia Elétrica. Prof^a Lautá Brandini
5 destacou o plano de trabalho bastante claro e de fácil entendimento.
6 Prof^a Viviane colocou a ARI à disposição dos Diretores de Centros e a
7 Reitora destacou que a ARI tem um plano de atividades que vai
8 movimentar muitos Convênios "amortecidos" e o mapeamento das
9 atividades vinculadas aos Convênios potencializa a possibilidade de
10 fortalecer as relações internacionais e a prof^a Viviane tem se mostrado
11 cuidadosa e competente e agradeceu o trabalho desenvolvido por ela.
12 Colocado em regime de votação, o Protocolo de Intenções e de Acordo
13 Específico de Cooperação Científica, bem como o Plano de Trabalho,
14 que entre si celebram a UEL e a Universidad Del Valle (Colômbia), foi
15 aprovado por unanimidade (11 votos favoráveis). **3) Processo**
16 **20.455.396-3 - AINTEC - deliberar acerca da minuta de Contrato de**
17 **Ajuste de Propriedade Intelectual, que entre si celebram a UEL e a**
18 **AAC&T Consultoria em Pesquisa Ltda, dispondo também sobre**
19 **titularidade de pedido de Registro de Software (Relator: Marinno**
20 **Arthur).** Marinno informou tratar-se de contrato de ajuste de
21 propriedade intelectual, a ser firmado entre a UEL e a empresa AAC&T
22 Consultoria em Pesquisa LTDA. Essas partes fizeram um Acordo de
23 Cooperação Técnico-científica em setembro do ano passado e o
24 registro será para proteger o resultado do desenvolvimento tecnológico
25 feito em conjunto, o programa de computador intitulado "SIM
26 EPIDEMIO", que será cadastrado perante o Instituto Nacional da
27 Propriedade Industrial – INPI. Os direitos de propriedade das
28 tecnologias devem ser divididos entre as partes de acordo com a
29 seguinte proporção: 50% (cinquenta por cento) para a UEL e 50%
30 (cinquenta por cento) para a AAC&T. São considerados inventores por
31 parte da UEL os pesquisadores: Paulo Antonio Liboni Filho, docente da
32 Instituição; Edson Luiz Pilati Filho, Estudante de pós-graduação da
33 Instituição; Jacques Duílio Brancher, docente da Instituição e por parte
34 da AAC&T, Camila Marinelli Martins, sócia e diretora de pesquisa.
35 Colocado em regime de votação, o Contrato de Ajuste de Propriedade
36 Intelectual, que entre si celebram a UEL e a AAC&T Consultoria em
37 Pesquisa Ltda, dispondo também sobre titularidade de pedido de
38 Registro de Software, foi aprovado por unanimidade (11 votos
39 favoráveis). Itens 4 a 10 foram discutidos em bloco. **4) Processo**
40 **20.675.903-8 – COPS - deliberar acerca do pedido da Cadeia**
41 **Pública Feminina de Londrina, de isenção do preço público de**
42 **inscrições no Processo Seletivo Vestibular 2024, para 35 mulheres**

1 apenadas, bem como a aplicação das provas nos locais
2 solicitados. 5) Processo 20.682.983-4 – COPS - deliberar acerca do
3 pedido da Centro de Reintegração Social de Londrina - CRESLON,
4 de isenção do preço público de inscrições no Processo Seletivo
5 Vestibular 2024, para 40 sentenciados, bem como a aplicação das
6 provas nos locais solicitados. 6) Processo 20.692.943-0 – COPS -
7 deliberar acerca do pedido da Casa de Custódia, de isenção do
8 preço público de inscrições no Processo Seletivo Vestibular 2024,
9 para 65 pessoas privadas de liberdade, bem como a aplicação das
10 provas nos locais solicitados. 7) Processo 20.692.602-3 – COPS -
11 deliberar acerca do pedido da Penitenciária Estadual de Londrina-
12 PEL 1, de isenção do preço público de inscrições no Processo
13 Seletivo Vestibular 2024, para 180 pessoas privadas de liberdade,
14 bem como a aplicação das provas nos locais solicitados. 8)
15 Processo 20.691.002-0 – COPS - deliberar acerca do pedido da
16 Penitenciária Estadual de Londrina-PEL 2, de isenção do preço
17 público de inscrições no Processo Seletivo Vestibular 2024, para
18 220 pessoas privadas de liberdade, bem como a aplicação das
19 provas nos locais solicitados. 9) Processo 20.670.196-0 – COPS -
20 deliberar acerca do pedido da Penitenciária Estadual de Londrina
21 3, de isenção do preço público de inscrições no Processo Seletivo
22 Vestibular 2024, para 80 pessoas privadas de liberdade, bem como
23 a aplicação das provas nos locais solicitados. 10) Processo
24 20.693.734-3 – COPS - deliberar acerca do pedido do Patronato
25 Penitenciário de isenção do preço público de inscrições no
26 Processo Seletivo Vestibular 2024, para 30 candidatos, bem como
27 a aplicação das provas nos locais solicitados (Relatora: Profª Dra.
28 Sandra Garcia). A Reitora informou que estes processos foram
29 retirados de pauta da reunião anterior e tratam das seguintes
30 solicitações: aplicação da prova do Vestibular nestes espaços
31 específicos e também a isenção das taxas de inscrições vinculadas ao
32 Sistema Penitenciário. A pedido deste Conselho, foram encartadas aos
33 processos, informações adicionais da Proplan, COPS e Prograd, para
34 um estudo mais aprofundado. A COPS encartou informações sobre a
35 previsão de isenções, percentual de isenções, recursos necessários
36 para composição e aplicação nas diferentes salas. A Prograd informou
37 sobre características do projeto constituído institucionalmente para o
38 acompanhamento pedagógico das atividades destes alunos em
39 privação de liberdade, através de levantamento do número de
40 aprovados, matriculados e formandos na linha histórica. A Proplan
41 apresentou informações sobre o que a Universidade deixaria de
42 arrecadar, pois esses valores não são retirados do orçamento. A profª

1 Eloísa Ramos Ribeiro, agradeceu as Pró-Reitorias, pela inserção de
2 dados que auxiliam no entendimento e discussão dos processos e fez
3 dois destaques: 1) Em relação à Tabela de acompanhamento destes
4 estudantes que ingressaram na Universidade, relatou que gostaria de
5 programar uma discussão neste Conselho sobre o resultado desta
6 política que permite este tipo de ingresso. Acha que é preciso debater
7 as dificuldades na permanência, para um maior equilíbrio entre o
8 número de ingressantes e de formandos. 2) Em relação à Tabela 3 com
9 estimativa do custo, considerando todas as Unidades onde as provas
10 serão realizadas, quando o custo do Vestibular foi aprovado, havia um
11 quantitativo destinado às isenções, mas ao observar a tabela no valor
12 de R\$37.878,00 e entendendo que a UEL é parte do Estado e do
13 Sistema que visa apoiar a Política de Inclusão, a UEL na verdade estará
14 contribuindo com recursos próprios para que essa política se
15 concretize. Acredita que é preciso apoiar, porém de forma consciente e
16 levar esses dados ao Governo do Estado, a fim de pedir contrapartida,
17 quando for pertinente. A Reitora considera importante esta observação
18 que está direcionada neste momento aos estudantes privados de
19 liberdade, mas na verdade deve ser extensiva aos cursos de graduação
20 e de pós-graduação. Disse que a Prograd, Proppg e Proplan estão
21 trabalhando na composição de dados em relação aos cursos de
22 graduação e de pós-graduação e oportunamente esses dados serão
23 apresentados e discutidos. Informou que foram feitas tratativas com
24 representantes do Sistema Penitenciário, com solicitação de
25 contribuição financeira, infelizmente sem sucesso. O Sistema
26 contribuirá com material (papel e canetas) e houve uma indicação de
27 que para o próximo Processo Seletivo Vestibular, seja iniciado um
28 trabalho mais antecipado, a fim de mobilizar outras instâncias e
29 contribuições. Prof^a Eloisa destacou que quando este Conselho
30 aprovou os custos para o Vestibular, o quantitativo estimado para
31 isenções era de 1484. Perguntou ao Sebec se existe uma estimativa
32 dos pedidos de isenção, para que este Conselho possa ter
33 conhecimento se está extrapolando ou não. Prof^a Sandra Garcia relatou
34 que são 963 pedidos pelo NIS, 11 de servidores da Universidade
35 (integral), 116 servidores da Universidade (parcial), 1462 por análise
36 sócio-econômica, totalizando juntamente com os pedidos da PEL,
37 2.394 isenções. Afirmou que extrapola sim, mas é uma previsão com
38 base no último Vestibular. Finalizou solicitando que caso o Conselho
39 aprove as isenções, que estas estejam condicionadas à apresentação
40 das condições adequadas para a aplicação das provas nos locais
41 indicados, para que seja garantida a segurança necessária à equipe de
42 aplicação. A Diretora do Sebec, prof^a Angela Maria Sousa Lima

1 comentou que uma primeira contribuição do SEBEC seria corrigir o uso
2 das terminologias utilizadas na universidade, muitas vezes repetindo
3 terminologias que vêm nos documentos de outras instituições do
4 sistema penitenciário e/ou judiciário. Justificou que precisamos utilizar
5 “pessoas ou população em situação de privação de liberdade” e não
6 mais os termos “apenados”, “sentenciados”, “em cumprimento de
7 pena”, etc, como nos ensinam, por exemplo, a Resolução CNE/CEB nº
8 2, de 19 de maio de 2010, que “Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais
9 para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de
10 privação de liberdade nos estabelecimentos penais”. Sobre o conjunto
11 dos processos em pauta, Profa. Angela comentou que há três
12 documentos em andamento (de âmbito estadual) que, se aprovados,
13 podem contribuir direta ou indiretamente com a permanência e sucesso
14 acadêmico das pessoas em situação de privação de liberdade na UEL.
15 Disse que estes três documentos foram gerados, discutidos ou
16 respaldados pelo “Fórum permanente de serviços de bem-estar às
17 comunidades universitárias das IES estaduais do Paraná”. O primeiro
18 documento, que teve significativa contribuição da PROAF/UEL, solicita
19 aos órgãos gestores estaduais, no âmbito das políticas públicas
20 educacionais do Paraná, apoio e empenho na viabilização de
21 estratégias coletivas que possibilitem a não renovação da DREM.
22 Profa Angela explicou que uma das fontes de recurso do Estado, e, por
23 consequente das Universidades, está ora comprometida com a
24 Desvinculação de Receitas de Estados e Municípios – DREM –
25 institucionalizada pela Emenda Constitucional nº 93 de 08/09/2016, que
26 permite a União utilizar livremente parte da arrecadação do ente público
27 num percentual de 30%. Disse ainda que tal desvinculação (DREM)
28 provoca comprometimento dos recursos que deveriam estar
29 disponíveis às ações de viabilização de serviços, programas e projetos
30 que promoveriam a assistência/permanência estudantil e a garantia de
31 direitos dos/as trabalhadores/as. Mostrou a importância do empenho
32 coletivo na revogação desta Emenda Constitucional com validade até
33 31/12/2023. Comentou que o segundo documento diz respeito à Minuta
34 do PROJETO DE LEI que “Dispõe sobre as isenções totais e parciais
35 para membros da comunidade universitária nos restaurantes
36 universitários enquanto instrumento de garantia da Segurança
37 Alimentar no âmbito das Universidades Públicas que compõem o
38 Sistema Estadual de Ensino Superior do Paraná”. Disse que sendo os
39 restaurantes universitários unidades fundamentais para a garantia da
40 Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade Universitária
41 vinculada às Universidades Públicas que compõem o Sistema Estadual
42 de Ensino Superior do Paraná, solicita-se que, por resolução interna,

1 estas instituições de ensino superior possam disciplinar, no âmbito de
2 sua autonomia financeira, isenções totais e parciais nos valores das
3 refeições oferecidas nos restaurantes universitários. Sobre o terceiro
4 documento, Profa. Angela comentou a relação do conjunto dos
5 processos com a minuta do Projeto de Lei Estadual que “Institui a
6 Política de Financiamento Estadual de Assistência Estudantil
7 (PEAEST) e dá outras providências”. Dentre outros trechos, a docente
8 destacou o Art.3º da referida minuta onde consta que a assistência
9 estudantil pretende promover a equidade de oportunidades para a
10 permanência estudantil nas IEES do Paraná e agir preventivamente em
11 situações de vulnerabilidade social, considerando suas
12 interseccionalidades com as desigualdades econômicas, étnicas,
13 raciais, geracionais, sexuais, de gênero, por motivo de deficiência e
14 demais especificidades de aprendizagem, visando o pleno
15 desenvolvimento acadêmico, profissional e humano de estudantes das
16 Universidades Públicas Estaduais do Paraná. §1º- As ações de
17 assistência estudantil da PEAEST são desenvolvidas nas seguintes
18 áreas: I- moradia estudantil; II- alimentação; III- transporte; IV- atenção
19 à saúde e promoção do bem-estar psicossocial; V- inclusão digital; VI-
20 cultura; VII- esporte e práticas corporais diversas; VIII- centro de
21 educação infantil; IX- apoio pedagógico; X- apoio especializado para o
22 acesso, a participação e a aprendizagem de estudantes da Educação
23 Especial na perspectiva da educação inclusiva; XII- auxílio
24 socioassistencial e financeiro. Mostrou a correlação dessas áreas, se
25 fomentadas pelo governo estadual, com o processo de permanência e
26 sucesso acadêmico das pessoas em situação de privação de liberdade
27 na UEL. A profª Laura Brandini agradeceu a COPS, Prograd e Proplan
28 pelo fornecimento de informações que dão subsídios para que as
29 discussões fiquem claras. Defende as ações afirmativas, defende o
30 Vestibular para os apenados e acredita na missão da Universidade de
31 trabalhar a questão destas pessoas de volta à sociedade, pois
32 repercute inclusive, no efeito positivo que a Universidade dará para a
33 sociedade de Londrina e região. Prof. Sérgio Carvalho informou que a
34 Proplan recebeu a demanda de fazer um levantamento e considera
35 importante retomar que o preço público da inscrição do Vestibular, de
36 R\$176,00, envolve apenas o custo do Vestibular, pois a UEL não pode
37 e não tem lucro com o Vestibular e o que eventualmente sobra, é
38 considerado saldo operacional que é devidamente justificado para
39 aplicação na manutenção da Instituição para o próximo vestibular. Este
40 valor de R\$37.878,00 referente aos apenados, já faz parte do custo do
41 Vestibular. A Universidade organiza o Concurso e se auto custeia. Prof.
42 Edmilsom Lenardão relatou que não é questão de ser favorável ou

1 contrário às políticas de inclusão. Sente-se incomodado sobre o porque
2 teremos que aprovar estes 650 pedidos de isenção, se eles já estavam
3 computados no total de pedidos. A Universidade assumiu uma política,
4 no entanto o Estado do Paraná não banca esta política. Como são
5 aproximadamente mil pedidos de isenção a mais do que o estimado,
6 sugeriu uma alteração na Resolução, com ampliação do número no
7 item 2. A Reitora ressaltou que é apenas uma previsão e não podemos
8 alterar uma Resolução que instituiu uma previsão. Prof^a Andréa Name
9 Simão salientou que no encaminhamento do Gabinete da Reitoria
10 consta que "a estimativa de despesas gerais ao Processo Seletivo
11 Vestibular 2024, já foi aprovada pelo Conselho de Administração em
12 28/06/2023". Argumentou que se já foi aprovado, constando 2484
13 isenções, considera redundante discutir isso novamente. A Reitora
14 esclareceu que este Conselho aprovou o orçamento do Vestibular com
15 previsão de inscritos e de isenções e este orçamento pode sofrer
16 alterações para mais ou para menos. Prof^a Andréa informou que no
17 mês de maio, os Diretores foram chamados para uma reunião no
18 Gabinete da Reitoria e a Proplan apresentou o orçamento com todas
19 as despesas, recursos próprios e um saldo operacional de
20 R\$700.000,00. Perguntou se hoje, a Universidade tem saúde financeira
21 para aprovar estas 2.484 isenções e se existe disponibilidade
22 orçamentária. A Reitora esclareceu que para o Vestibular existe uma
23 outra configuração, pois não visa lucro. Existe uma previsão, a fim de
24 dar sustentação para a sua realização. Relembrou aos Diretores sobre
25 uma informação fornecida há alguns dias, sobre uma queda na
26 condição de recursos operacionais, pois houve queda no número de
27 estudantes do lato sensu, queda nos eventos, queda nas inscrições do
28 Vestibular e em várias outras ações. Disse que o orçamento enquanto
29 Instituição de Ensino, não pode ser pensado apenas na dimensão de
30 saldo operacional, para fazer uso disso em outros setores. Existem
31 outros parâmetros estabelecidos que sustentam a composição do
32 orçamento que são: número de estudantes na graduação, na pós-
33 graduação, nas residências e é preciso buscar outras vias como
34 Programas e Projetos para resgatar financiamentos do Fundo Paraná,
35 Edital para Acessibilidade, enfim, compor o atendimento às demandas,
36 buscando recursos em outras frentes. É preciso centrar esforços para
37 fortalecer a Instituição naquilo que nos dá condições efetivas de
38 negociação com o orçamento. Prof^a Andréa reforçou a necessidade de
39 trabalhar cada vez mais pensando no planejamento. Acredita nas
40 políticas alternativas e as considera importantes, mas é preciso haver
41 mais planejamento, inclusive nas instruções dos processos e se
42 inexistir uma política de isenção, isso deve ser providenciado o mais

1 rapidamente possível para tomada de decisões com maior segurança.
2 Acha que os processos deveriam vir melhor instruídos. A Reitora
3 concorda que temos que tornar as informações sempre muito
4 transparentes e é isso que está fazendo. Discorda em relação a falta
5 de planejamento, porque a apresentação dos dados tem trazido
6 planejamento, o orçamento apresentado pela COPS é planejamento, a
7 previsão apresentada pela COPS e SEBEC é planejamento, as
8 discussões que estão sendo feitas em todos os espaços para
9 compreender o orçamento é planejamento, as discussões que estão
10 sendo feitas para melhorar as questões institucionais em relação aos
11 índices é planejamento, as discussões das regulamentações internas
12 para deixar de gerar RPVs é planejamento. É importante que haja
13 moderação em relação às questões apresentadas e que seja
14 observado o trabalho que está sendo desenvolvido, pois caso contrário
15 estaremos desconsiderado um exercício intenso que está sendo feito
16 por todas as equipes, para que as coisas funcionem da forma mais
17 transparente e organizada possível. Prof. Sérgio esclareceu que o
18 preço público é aprovado com base em um planejamento e as planilhas
19 de custos foram planejadas e apresentadas para definição do valor do
20 preço público do Vestibular. A Reitora esclareceu que o orçamento do
21 Vestibular é uma coisa e o orçamento da Instituição é outra e ao fazer
22 um planejamento, estamos falando de previsão orçamentária para o
23 Vestibular e esta previsão deve ser registrada e trabalhada a partir de
24 parâmetros, porém ela pode sofrer alterações, pois é apenas uma
25 previsão e pode variar de acordo com as condições efetivas da
26 realização do Concurso, diferentemente daquilo que se pode discutir a
27 partir do orçamento institucional, com maior previsibilidade. Prof^a
28 Angela Maria colocou que tentaria responder a dúvida da professora
29 Andreia, quanto à preocupação de ter mais pedidos no Edital de
30 Processo de Isenção do Vestibular do que quantidade de isenções
31 previstas na Resolução da COPS para pessoas em situação em
32 privação de liberdade. Ela comentou que das 1642 pessoas inscritas
33 no Processo de Pedido de Isenção de Taxa do Vestibular, apenas 423
34 entregaram algum documento, gerando vários indeferimentos e várias
35 solicitações de recursos (processo ainda não finalizado). Reforçou que,
36 infelizmente, a exemplo do que ocorre na diminuição da quantidade de
37 inscrições no Processo Seletivo Vestibular, também há diminuição nas
38 solicitações das isenções. Prof. Alan Salvany Felinto considera
39 importante o complemento de informações fornecidas pelas Pró-
40 Reitorias e COPS, permitindo uma tomada de decisão mais séria. Disse
41 que a UEL faz naturalmente política social, com ações que impactam
42 positivamente na sociedade de Londrina e região, porém são ações que

1 o Governo do Estado deveria fazer e não faz. Considera fundamental
2 que ao se discutir valores e isenções, os processos venham muito bem
3 elaborados, pois estamos estrangulados e estes R\$37.000,00 das
4 isenções dos apenados serão retirados do custeio. Prof. Miguel
5 Piccirillo manifestou preocupação em relação ao baixo número de
6 apenados que chegaram a concluir os cursos. Solicitou uma reunião
7 com a Comissão que faz o acompanhamento, justamente para
8 entender o motivo deste número baixo, as dificuldades apresentadas
9 por eles, etc. Gostaria ainda de entender o porque do aumento no
10 número de pedidos de isenções. Profª Sandra Garcia esclareceu tratar-
11 se de previsão orçamentária feita em relação ao Vestibular anterior e
12 justificou ainda que hoje, são pedidos de sete Instituições do Sistema
13 Penitenciário. A Reitora esclareceu que em relação à Comissão,
14 existem representações de todos os cursos que recebem estudantes
15 em privação de liberdade e sugeriu que os Diretores procurem
16 representantes dos respectivos centros, a fim de agendarem reuniões
17 para esclarecimentos. Colocados em regime de votação os itens 4 a
18 10, os pedidos de isenções do preço público de inscrições do Processo
19 Seletivo Vestibular 2024, foram aprovados com 9 (nove) votos
20 favoráveis e 2 (dois) votos contrários, desde que o DEPEN apresente
21 à COPS, as condições adequadas para a aplicação das provas no
22 interior dos locais indicados. Declarações de voto: 1) Profª Patrícia
23 Mendes Pereira declarou seu voto contrário, pois apesar de não julgar
24 o mérito e concordar que a Universidade dê oportunidade a este
25 público, não acha justo a UEL ter que bancar o processo e não o
26 Sistema Penitenciário ou mesmo o Governo do Estado. 2) Profª Andréa
27 declarou que não votou contrária ao mérito dos pedidos e sim em
28 relação a forma de instrução dos processos. 3) Prof. Sérgio Carvalho
29 declarou que a Universidade não banca o Vestibular, ele se auto
30 custeia. **11) Processo 20.769.840-7 - PROGRAD - indicação de 1**
31 **membro titular e 1 suplente, dentre os diretores(as) de Centros,**
32 **para comporem o Comitê Gestor do FAEPE, conforme estabelece**
33 **o artigo terceiro da Resolução CEPE/CA 147/2004 (Relatora: Profª**
34 **Dra. Ana Márcia Tucci de Carvalho).** O Conselho aprovou por
35 unanimidade (11 votos favoráveis), a indicação da profa. Laura Taddei
36 Brandini, como Titular e do Prof. Miguel Belinati Piccirillo, como
37 Suplente, para compor o Comitê Gestor do FAEPE. **12) Processo**
38 **19.467.102-4 - PROPLAN - deliberar acerca do Relatório Financeiro**
39 **Final do Curso de Especialização em Saúde Mental (2016/1)**
40 **(Relator: Prof. Dr. Sérgio Carvalho).** Prof. Sérgio informou que o
41 processo tramitou por todas as instâncias necessárias e a
42 recomendação é pela aprovação. Colocado em regime de votação, o

1 Relatório Financeiro Final do Curso de Especialização em Saúde
2 Mental (2016/1), foi aprovado por unanimidade (10 votos favoráveis). **II.**
3 **INFORMES.** 1) Prof. Sérgio Carvalho informou que nos anos de 2019
4 a 2021 os Diretores de Centros vivenciaram a falta de recursos,
5 principalmente pelo grande número de sequestros por parte do
6 Governo do Estado, que dificultava a liberação prevista para eles. A
7 partir deste mês de julho estão tentando colocar os trimestres em dia
8 para que os Centros possam ter suas próprias programações. Informou
9 que foi liberado o orçamento da fonte 250 do 1º semestre, para
10 adiantamento de compras e fechamento das contas do final do ano,
11 inclusive vários Diretores de Centros solicitaram o adiantamento do 4º
12 trimestre. Disse que estão fazendo estudos para utilizar da fonte 100 do
13 tesouro do Estado para pagar várias despesas que seriam pagas com
14 a fonte 250, a fim de sobrar um montante para deixar no sistema de
15 orçamento. A ideia inicial era abrir apenas para o almoxarifado, mas
16 devido ao início do trimestre e do ano letivo, o sistema será aberto
17 normalmente nos Centros de Estudos, no valor programado para o 3º
18 trimestre e infelizmente, ainda não é possível adiantar o 4º trimestre.
19 Este é um ajuste técnico que a Proplan e Proaf estão fazendo para
20 liberar recurso próprio da fonte 250 e no momento efetivo da
21 liquidação, a fonte será alterada para 100. A Reitora solicitou aos
22 Diretores de Centros que enviem suas dúvidas em relação ao
23 orçamento, a fim de agendarem novas reuniões para esclarecimentos.
24 Sugeriu como primeiro tema, esclarecimentos sobre orçamento e
25 financeiro. 2) Profª Valdete de Oliveira Mrtv fez a apresentação, através
26 de multimídia, do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI da UEL
27 - vigência 2023-2027, conforme segue: "**PDI - Vigência e**
28 **Ocorrências:** Período de Dezembro : 2016 – 2021 - Prorrogação por
29 12 meses aprovada pelo CA em 09/03/22; Novo período de vigência:
30 até 31.12.2022; Ocorrências em 2022 (a partir de 10 de maio):
31 Transição Reitoria / Proplan / Diretoriab de Avaliação/Div de
32 Diagnóstico Institucional; Nova solicitação de prorrogação: Prorrogação
33 aprovada pelo CA em 24.08.22 - Nova vigência: até 30/09/2023; Em
34 Julho de 2022: Nomeação do Prof. Rafael de Souza Borim para a
35 Divisão de Diagnóstico Institucional. **PDI - Ocorrências:** Dezembro
36 2022 a Março 2023: Férias, licenças médicas e solicitação de
37 exoneração do Prof. Rafael Borim de Souza; Abril 2023: Solicitação ao
38 CA de liberação de 20 h para nomeação de docente para Divisão de
39 Diagnóstico Institucional em substituição ao Prof. Rafael Borim de
40 Souza; 15 de Maio 2023: Nomeação Profa. Marselle Nobre Carvalho
41 (CCS) – (Greve – Maio/Junho); Junho: Pedido de exoneração da Profa.

1 Marselle Nobre Carvalho (CCS); Julho 2023: Nomeação do Prof. Valter
 2 Harry Bumbieris Junior (CCA) e férias Prof. Valter de 10 a 19 de Julho.
 3 **Construção da Primeira Versão dos Objetivos Estratégicos:**
 4 **Processo de Elaboração** - Envolvidos: Grupo Consultor: realizadas 17
 5 reuniões com o Grupo Consultor ou isoladamente com alguns dos
 6 membros, bem como com outros representantes da comunidade
 7 acadêmica (Julho de 2022 a Março/2023); Construção coletiva e
 8 dialogada; Histórico e desafios contemporâneos da UEL; Revisitar o
 9 passado; Analisar o presente; Discutir perspectivas futuras; reuniões
 10 semanais (17) entre Julho de 2022 e Março de 2023. **Objetivos**
 11 **Estratégicos: Consulta à Comunidade (Interna e Externa):**
 12 Processo de consulta - envolvidos: Comunidade Universitária e
 13 Comunidade Externa: Formulário online (Forms); os objetivos
 14 estratégicos propostos poderão ser confirmados, revisados, alterados
 15 e excluídos; novos objetivos estratégicos, com enfoque temático que
 16 não tenham sido considerados no trabalho desenvolvido pelo grupo
 17 consultor, poderão ser sugeridos. Processo de Atualização e
 18 Consolidação - Envolvidos: Grupo Consultor: Reuniões para avaliar o
 19 retorno da consulta realizada à Comunidade Universitária, à
 20 Comunidade Externa e às Instâncias que compõem a Estrutura
 21 Administrativa da UEL; avaliar as confirmações, revisões, alterações e
 22 exclusões recomendadas a partir da consulta realizada; avaliar as
 23 sugestões de novos objetivos estratégicos; a partir das avaliações,
 24 consolidar uma versão atualizada dos objetivos estratégicos e
 25 encaminhar para apreciação das instâncias administrativas e
 26 posteriormente Conselhos. **Apresentação do Processo de**
 27 **Consulta dos Objetivos Estratégicos**
 28 **Programação de Reuniões:**

Data	Horário	Participantes	Formato
01/ago	14:30	Vice-Reitoria e Órgãos Suplementares	Remota
02/ago	10:00	PROAF, PROPLAN, PRORH, PCU, ARI, COM	Remota
02/ago	14:30	Reitoria, PROGRAD, PROPPG, PROEX, PJU	Remota
03/ago	14:30	Diretores e Vice-Diretores de Centro Sala dos Conselhos	Presencial
04/ago	14:00	Chefes de Departamento, CPA	Remota
04/ago	15:30	Coordenadores de Colegiado	Remota

29 **Processo de Consulta à Comunidade Externa. Elaboração de**
 30 **listagem com 250 a 300 organizações convidadas (envio de e-mail)**
 31 Critérios de elegibilidade de organizações, instituições e/ou entidades
 32 a serem convidadas para consulta acerca dos objetivos estratégicos do
 33 PDI-UEL 2023-2027: 1) Representatividade nos diferentes setores de
 34

1 importância econômico, social, cultural e administrativos da região de
 2 Londrina; 2) Entidades e/ou empresas parceiras em atividades ou
 3 acolhimento e alunos, professores e técnicos em Ensino, Pesquisa ou
 4 Extensão; 3) Empresas que tenham cunho representativo nas aptidões
 5 de desenvolvimento regional de Londrina (agricultura, comércio,
 6 serviços, indústria, tecnologia); 4) Entidades do “terceiro setor” com
 7 prestação de serviços de caráter público; 5) Organizações não
 8 governamentais com atuação regional relevantes para a comunidade.
 9 Por último, fez uma apresentação de como se dará a consulta à
 10 comunidade. Os Conselheiros parabenizaram o trabalho desenvolvido
 11 pela prof^a Valdete e equipe. A Reitora agradeceu professores e
 12 estudantes que estão envolvidos no evento Sociedade Brasileira para
 13 o Progresso da Ciência - SBPC, que está sendo realizado em Curitiba.
 14 Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada e eu, Deise Mary
 15 Garbelini Bergamin, Secretária Geral dos Órgãos Colegiados
 16 Superiores, lavrei esta ata, que após lida e aprovada, será
 17 assinada por mim e pelos membros do Conselho presentes na
 18 reunião.

19
 20 Marta Regina Gimenez Favaro
 21 Reitora

22
 23 Airton José Petris
 24 Vice-Reitor

25
 26 Laura Taddei Brandini
 27 Diretora do Centro de Letras e Ciências Humanas

28
 29 Alex Eduardo Gallo
 30 Vice-Diretor do Centro de Ciências Biológicas

31
 32 Alan Salvany Felinto
 33 Diretor do Centro de Ciências Exatas

34
 35 Miguel Belinati Piccirillo
 36 Diretor do Centro de Estudos Sociais Aplicados

37
 38 Andrea Name Colado Simão
 39 Diretora do Centro de Ciências da Saúde

40
 41 Carrie Chueire Ramos Galvan
 42 Vice-Diretora do Centro de Ciências da Saúde

43
 44 Edmilson Lenardão
 45 Diretor do Centro de Educação, Comunicação e Artes

46

1	Patrícia Mendes Pereira	_____
2	Vice-Diretora do Centro de Ciências Agrárias	
3		
4	Eloisa Ramos Ribeiro Rodrigues	_____
5	Diretora do Centro de Tecnologia e Urbanismo	
6		
7	José Fernando Mangili Júnior	_____
8	Vice-Diretor do Centro de Tecnologia e Urbanismo	
9		
10	Orlando Mendes Fogaça Júnior	_____
11	Diretor do Centro de Educação Física e Esportes	
12		
13	Antonio Carlos Mariano dos Santos	_____
14	Representante dos Servidores Técnicos Administrativos	
15		
16	Maria Elisa Cestari	_____
17	Pró-Reitora de Graduação	
18		
19	Azenil Staviski	_____
20	Pró-Reitor de Administração e Finanças	
21		
22	Sérgio Carlos de Carvalho	_____
23	Pró-Reitor de Planejamento em exercício	
24		
25	Silvia Meletti	_____
26	Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação	
27		
28	Leandro Altimari	_____
29	Pró-Reitor de Recursos Humanos	
30		
31	<u>CONVIDADOS</u>	
32		
33	Luiz Claudio Buzeti	_____
34	Prefeito do Campus	
35		
36	Angela Maria Sousa Lima	_____
37	Diretora do SEBEC	